



**Câmara Municipal de Ubá**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá, MG, 16 de outubro de 2018.

**OF.CMU.413/18**

Exmo. Sr.

**EDSON TEIXEIRA FILHO**

Prefeito de Ubá

Nesta.

**REF.: Projeto de Lei nº 076/18**

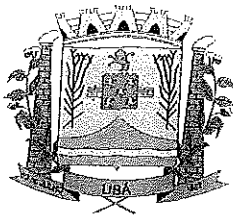
Senhor Prefeito:

Com minha cordial visita, cumpre-me encaminhar-lhe, para competente sanção, o Projeto de Lei em referência que “Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Especiais ao Orçamento do Município, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, no limite de R\$ 105.100,00, e dá outras providências”.

Encaminho-lhe também anexo, para conhecimento, cópia do Parecer CLJR-081/2018, referente a matéria.

Atenciosamente,

  
**VEREADORA ROSÂNGELA MARIA ALFENAS DE ANDRADE**  
Presidente da Câmara



## **CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

A Presidente da Câmara Municipal de Ubá faz saber que o Legislativo Ubaense aprovou o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI Nº. 076/18**

Autoriza a abertura de créditos adicionais especiais ao orçamento do Município, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, no limite de R\$ 105.100,00, e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais no Orçamento de 2018, no valor de R\$105.100,00 (cento e cinco mil e cem reais), no âmbito do Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação:

02 Prefeitura Municipal de Ubá  
07 Secretaria Municipal de Saúde  
01 Fundo Municipal de Saúde  
10 Saúde  
305 Vigilância Epidemiológica  
2.343 MANUT.ATIV.SECAO DE CONTROLE DE ZOONOSES  
3190.04 - Contratação por tempo determinado - R\$ 85.000,00  
3190.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 20.000,00  
3390.14 - Diárias Pessoal Civil - R\$ 100,00  
Vínculo CONVSA

**Art. 2º.** A abertura dos créditos adicionais especiais indicados no art. 1º terá como fonte de recursos a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária: 02 07 01 10 302 0023 1.018 449051 F-705.

**Art. 3º.** Os créditos adicionais especiais ora autorizados serão abertos por Decreto do Executivo Municipal, no qual serão especificadas as demais informações exigidas por Lei, incluído o código reduzido da despesa (Ficha).

**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações porventura necessárias para compatibilização da presente Lei ao PPA e à LDO, nos termos do art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/00.

**Art. 5º.** Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações que serão criadas em até 3% (três por cento), com eventual produto de aplicações financeiras do recurso recebido.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**VEREADORA ROSÂNGELA MARIA ALFENAS DE ANDRADE**  
Presidente da Câmara